

Literacia digital e novas competências docentes: desafios e perspectivas

Digital literacy and new teaching skills: challenges and perspectives

DOI:10.34117/bjdv7n4-105

Recebimento dos originais: 07/03/2021

Aceitação para publicação: 05/04/2021

Jódna Lopes

Mestre em Docência e Gestão da Educação pela Universidade Fernando Pessoa
(Portugal) – UFP

Instituição: Secretaria Estadual de Educação - SEDUC-MA

Endereço: Jardim São Francisco, São Luís- MA. 65065-545

E-mail: jodnalopes@gmail.com

Maria Eneida Costa dos Santos

Mestre em Docência e Gestão da Educação pela Universidade Fernando Pessoa
(Portugal) – UFP

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Endereço: Cidade Universitária Paulo VIS/N - CAMPUS UNIVERSTÁRIO - 65055-310 São Luís – MA

E-mail: eneida_33@yahoo.com.br

Roseliane de Fátima Costa Ferreira

Doutoranda no programa de Doctorado: Innovación en Formación del Profesorado.
Asesoramiento, Análisis de La Práctica Educativa y TIC en educación - UEX-
Universidad De Extremadura, Badajoz, Espanha

Instituição: Universidade Estadual Do Maranhão - UEMA

Endereço: Cidade Universitária Paulo VIS/N - CAMPUS UNIVERSTÁRIO - 65055-310 São Luís – MA

E-mail: rcostafe@alumnos.unex.es

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre Literacia digital e as novas competências pedagógicas exigidas pelo universo digital, refletindo o impacto destas sobre a tradicional realidade educacional, tendo em vista as novas expectativas, os novos desafios que o sistema escolar, em especial as escolas públicas têm enfrentado desde o início da pandemia da COVID-19. O estudo traz também considerações sobre o processo de introdução das tecnologias da informação e comunicação - TIC's na prática escolar, e levanta que o sucesso ou não desta perpassa pela presença de políticas públicas com vistas a implementação da inclusão digital, pois as mesmas têm o desafio de garantir o acesso democrático às mídias digitais; pela formação docente de qualidade, porque as práticas tradicionais de sala de aula devem ser superadas com atitudes renovadas, no intuito de adquirir novas competências para atuarem de forma dinâmica, crítica e reflexiva na era digital; e por último pela imprescindível figura docente na condução do processo de ensino-aprendizagem em meio às mídias digitais, que dispõem suas ações como instrumentos de interação a serviço de uma aprendizagem crítica e significativa na cultura da tecnologia digital.

Palavras-chave: Políticas públicas, Inclusão digital escolar, Literacia digital, Formação, Prática docente.

ABSTRACT

This article aims to propose a reflection on digital literacy and the new pedagogical skills required by the digital universe, reflecting their impact on the traditional educational reality, in view of the new expectations, the new challenges that the Brazilian school system, in particular public schools have faced since the beginning of the COVID-19 pandemic. The study also brings considerations about the process of introducing ICT's in school practice, and raises that the success or not of this involves the presence of public policies with a view to the implementation of digital inclusion, as they have the challenge of guaranteeing democratic access to digital media; for quality teacher training, because traditional classroom practices must be overcome with renewed attitudes, in order to acquire new skills to act dynamically, critically and reflexively in the digital age; and finally for the indispensable teaching figure in the conduct of the teaching-learning process in the midst of digital media, which disposes its actions as instruments of interaction in the service of a critical and significant learning in the culture of digital technology.

Keywords: Public policy, School digital inclusion, Digital literacy, Formation, Teaching practice.

1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional vigente aponta para uma perspectiva de descaso e insatisfação, tanto por parte de docentes quanto de discentes, pois as escolas brasileiras parecem não suprir as reais necessidades dos estudantes do século XXI, os quais cercados por tecnologias, tendem a banalizar o trabalho daqueles profissionais, que não acompanham o universo digital, na maioria das vezes, por não conhecerem ou não dominarem suas funcionalidades.

Com vistas a isso, este artigo faz uma análise sobre as competências necessárias para a emancipação do trabalho docente no mundo digital, demonstrando-as como uma necessidade a ser suprida, aspirando a um ensino e aprendizagem significativos. Logo literacia digital, que compreende um conhecimento aprofundado das mídias tecnológicas, em um viés de inclusão; aprender a geri-las, pois estas circundam o universo dos estudantes, tornou-se condição para uma prática educativa efetiva, bem como uma tarefa não muito fácil, pois muitos profissionais pertencem a épocas em que os aparatos tecnológicos não existiam e, possivelmente, por não terem ido em busca de capacitação ficaram desprovido de conhecimento digital. Diante do qual se evidencia a necessidade de o profissional do ensino superar uma formação deficiente e lançar mão de novas formações no intuito de adquirir o domínio das ferramentas digitais para fins pedagógicos.

Portanto, este trabalho que descende de uma revisão bibliográfica, tem o intuito de contribuir para as discussões referentes a essa temática, de forma que esta seja encarada como necessidade, visto que carece de gerenciamento consciente por parte dos profissionais do ensino da atualidade, dado ao impacto que pode haver sobre sua prática com vistas a um lugar de protagonista no processo de construção do conhecimento.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O DESAFIO DA INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19

A preocupação com o uso da tecnologia no ambiente escolar é fato em diversos países, conforme aponta Mora et al. (2019, p. 7053):

A preocupação com os desafios e as oportunidades trazidas pelos meios digitais aos cidadãos, em particular aos mais jovens, motivou o aumento da produção de documentos e diretrizes educacionais sobre a literacia digital não só nos países europeus, mas também em outras regiões do mundo. Entretanto, há uma variedade de abordagens e interpretações desse conceito, que nasce da interseção entre dois importantes campos de conhecimento: a Educação e a Comunicação.

No Brasil, torna-se mais perceptível a partir da década de 90 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, a qual determina que seja assegurada, na formação do cidadão, a compreensão da tecnologia ainda nos anos iniciais da Educação Básica. No entanto, parece-nos que tal determinação não vem sendo cumprida a contento, haja vista, o impacto que a falta dessa compreensão tem causado na educação, devido à pandemia da COVID-19, que pegou de surpresa não só o Brasil como os demais países.

O que se tem constatado desde o início dessa pandemia, com a interrupção das aulas presenciais é a falta de domínio que grande parte dos docentes, especialmente das escolas públicas, têm demonstrado para lidar com a tecnologia por meio da qual poder-se-ia assegurar a não interrupção dessas aulas.

É inegável que algumas iniciativas foram tomadas pelo governo federal com o objetivo de promover a inclusão digital no Brasil a partir da LDB 9.394/96 como, por exemplo, a criação do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), o qual, após reformulação passou a chamar-se Programa Nacional de Tecnologia Educacional; o Programa Nacional de Banda Larga PNBL; o Projeto Computador Portátil para Professores no âmbito do Programa de Inclusão Digital; o Projeto Um Computador por

Aluno; o Programa de Inovação Educação Conectada, entre outros (BONILLA, 2010; MAIA; BARRETO, 2012; NIENOW; BASSANI; BARBOSA, 2013; HEINSFELD; PISCHETOLA, 2019).

Mas, é inegável, também, que a cada mudança de governo (federal, estadual ou municipal), há uma descontinuidade dos programas e projetos, independentemente de estar ou não satisfazendo o anseio da sociedade – o que é lamentável. Afinal, quando o assunto é tecnologias digitais na educação, não há como ignorar a urgência de políticas públicas efetivas para o atendimento dessa demanda.

Concorda-se com Lenhardt e Fontana (2016, p. 7) quando afirmam que:

Hoje, estar conectado à rede não pode e nem deve ser visto como apenas outro instrumento facilitador nos meios de comunicação. Pelo contrário, partilhar do ciberespaço e interagir no campo da cibercultura agrega uma dinâmica visão do espaço-tempo. E torna o cidadão incluso nas discussões sobre as decisões e informações que lhe afetam e, por consequência, sente-se acolhido em comunidade e apto a exercer a cidadania num sentido amplo, educacional e político.

É nesse sentido que Buckeridge e Philippi Junior (2019), ao fazerem uma abordagem sobre políticas públicas, defendem a importância da conscientização da população acerca de três elementos que compõem o mecanismo gerador de políticas públicas, quais sejam: ciência, aspirações e política. Para os autores,

A ciência funciona como o principal produtor de soluções enquanto as aspirações da sociedade apontam os problemas [...] O choque entre uma solução e um problema [...] pode gerar um item na agenda de políticos. Se incorporado à agenda de quatro anos da política, o item de agenda poderá acabar sendo executado pela gestão pública. [...] (BUCKERIDGE; PHILIPPI JUNIOR, 2019, p. 147).

Concorda-se com os autores supra acerca da necessidade de constante conscientização da população no que se refere à importância desses três elementos para a aplicabilidade e o sucesso das políticas públicas. Pois, diante dos desafios que o sistema educacional brasileiro, em especial as escolas públicas têm enfrentado desde o início da pandemia da COVID-19, sem dúvidas, este é um momento propício para que a sociedade se mobilize, crie espaços para a reflexão e apresentação dos problemas relacionados à tecnologia digital na educação, de modo que, a ciência apresente a solução para tais problemas e os políticos, por sua vez, implante-as e se comprometam, também, em ajudar a implementá-las, pois faz-se necessário uma maior articulação e colaboração entre o

governos e os sistemas de ensino, de modo que sejam reavaliadas as políticas públicas vigentes voltadas para a tecnologia digital na educação.

Afinal, Heinsfeld e Pischetola (2019, p. 10), ao analisarem o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE 2014-2024), fazem uma crítica acerca da ênfase que é dada ao conhecimento da técnica em vez de “[...] um aprofundamento crítico e reflexivo sobre o papel dessas tecnologias no âmbito escolar [...]”.

Sem dúvidas, esse é um dos pontos que merecem reflexão nas pautas de discussões das políticas públicas voltadas para a tecnologia digital na educação, de modo que os envolvidos, em especial os docentes sejam convencidos da importância de adquirirem essa nova competência, que deve ser, tanto técnica quanto político-pedagógica.

Com vistas a isso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no ano de 2016, demonstram que há predominância dos discentes da rede privada 97,4% sobre aqueles da rede pública 75,0% com relação ao quesito “acesso à internet”. Tais dados só confirmam que ainda há muitos discentes à margem da sociedade digital e, conseqüentemente, com a chance de ascender profissionalmente, minimizada. Nesse contexto, convém trazer a contribuição de Lenhardt e Fontana (2016, p.8):

[...] porque, em pleno século XXI, viver a margem da era da informação compromete o futuro do país, cerceando as oportunidades educacionais, sociais e profissionais dos cidadãos que não têm acesso ao mundo virtual. Portanto, não parece ser aceitável a coexistência de duas castas de cidadão: os que têm amplo acesso às oportunidades dadas pelas TIC's e os que estão isolados das amplas perspectivas educacionais e profissionais do futuro.

Não se pode deixar de reconhecer a existência de políticas públicas de inclusão digital voltadas para a capacitação de docentes da rede pública municipal, a exemplo dos cursos de graduação e pós-graduação, na modalidade de Educação à Distância (EAD), que são ofertados pelas Universidades públicas brasileiras.

Ainda assim, parecem insuficientes para o atendimento da demanda, pois o que se tem percebido por meio de observação, é a falta de habilidades básicas dos docentes em explorar as ferramentas tecnológicas nos ambientes virtuais de aprendizagem, pensamento com o qual corrobora Maia e Barreto (2012, p. 48), quando dizem que “compreende-se que computadores como suporte ao ensino e à aprendizagem, em qualquer área do conhecimento, só promoverá uma mudança positiva quando professores estiverem qualificados para fazer uso pedagógico efetivo dessas ferramentas”.

Afinal, na era digital na qual nos encontramos e diante dos desafios recém-lançados, torna-se inadiável elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para essa temática de modo que haja a democratização, de fato, do acesso ao conhecimento por meio das TIC's. Pois para Silva (2016), esse é um recurso imaterial de valor imensurável para a sociedade atual, por meio do qual ampliou-se a facilidade de gerar, processar e distribuir informação (CASTELLS *et al.*, 2005). Nesse sentido, para uma sociedade que se autoproclama democrática, garantir inclusão digital é uma das formas de superar e evitar o aumento de cidadãos excluídos digitalmente, e como os educadores pertencem ao grupo de excluídos digitais, investir em sua formação, configura-se em um grande passo na transposição desses desafios.

3 FORMAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS

Tratar de formação de professores da atualidade é necessário pelo fato de que em plena era digital, percebe-se que grande parte dos mesmos ainda têm muita dificuldade na gestão dos meios digitais em sala de aula. Para superar tal problemática, urge que se busque melhorias nas habilidades e competências dos docentes, as quais podem ser adquiridas tanto na formação quanto na autoformação. Com relação à esta última, observa-se a falta de iniciativa por parte de alguns professores, quando limitam-se à esperar oferta de capacitação somente pelos governantes ou pela gestão escolar.

Destarte, é preciso se preocupar com a qualidade da formação dos professores, em todos os níveis, para que a escola busque novos horizontes e desafios inesgotáveis, pois o mundo se transforma de modo que as ferramentas digitais seguem essa rapidez transformadora, uma vez que a nova geração pertence ao mundo digital. A partir desse contexto entende-se que por meio das TIC's é possível a promoção do desenvolvimento profissional dos professores, gestores e colaboradores na perspectiva de melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

Nesse panorama, a transformação de vidas dá-se por meio de uma formação eficiente que potencialize a prática docente, transformando-o em agente impulsionador do desenvolvimento cognitivo de seus alunos. Logo aos profissionais do ensino têm se atribuído a responsabilidade de reconfigurar seus saberes e suas práticas pedagógicas no intuito de acompanhar as etapas de aprendizado em contexto midiático.

Não sabemos ainda, qual é a melhor forma de ensino, mas podemos observar que a cada dia, surgem propostas inovadoras e impactantes nesse novo cenário educacional. Diante do qual, percebe-se a ineficiência do ensino público brasileiro, tendo em vista a

diversidade sociocultural, cujas regiões apresentam vários retratos sociais, por exemplo crianças sem oportunidade de assistir aula via internet, por não tê-la em suas casas, e ou por falta de infraestrutura escolar.

São questões como essas, graves e fundamentais, que vêm provocando discussões e debates no meio acadêmico, pois propõem responsabilidade e compromisso com a qualidade e excelência que o exercício da docência requer ao longo de sua trajetória acadêmica, refletindo em sua prática de sala de aula, por conseguinte os alunos de graduação trazem conhecimentos acumulados ao longo da vida estudantil e, muitas vezes, oriundos de uma prática pedagógica que privilegiou a memorização dos conteúdos, reforça (BORGES, 2013). Para tanto, a compreensão dos fundamentos que norteiam os talentos e as intencionalidades dos professores em formação, refletem na busca de conhecimentos significativo diante do cenário atual.

Portanto é na Universidade, nos cursos de formação de professores que as práticas tradicionais devem ser superadas, com atitudes reflexivas, que levem os alunos a desenvolverem conhecimentos autônomos, críticos e multidisciplinares, os quais podem ser desenvolvidos por meio de projetos, uma vez que as novas demandas sociais requerem de seus colaboradores habilidades globais. “É preciso formar o professor investigador e reflexivo” (HENGEMÜHLE, 2018, p. 147).

À medida que a tecnologia digital vai se desenvolvendo e estabelecendo um novo padrão de interações sociais, a educação se move por completo, em direção a uma promissora construção de conhecimento informatizado, voltando seus esforços para acompanhá-lo. Então, ao surgir como promessa anunciada, a revolução tecnológica no âmbito educacional, vem mobilizando os sistemas de ensino a implementarem uma educação digital sem deixar de reconhecer a figura docente nesse horizonte.

4 A PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

É certo que as dificuldades enfrentadas pelos professores na gestão da sala de aula acentuaram-se diante da Pandemia do novo Coronavírus. As mídias digitais ascendentes, por exemplo tornaram-se, para além de tendências tecnológicas até então ignoradas por muitos docentes; forçosas, mas também vitais, básicas e urgentes ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que já ocupam lugar de destaque na vida dos estudantes contemporâneos, pois alguns destes atualmente não dependem dos professores ou da escola no que tange à busca de informação ou conhecimento.

Isso posto, Silva e Lima (2019), dizem que é de se esperar que a escola tenha que “se reinventar”, se quiser sobreviver como instituição educacional, logo é essencial que o professor se aproprie de gama de saberes advindos com a presença das tecnologias digitais da informação e da comunicação para que estes possam ser sistematizados em sua prática.

Não obstante, esse patamar tecnológico incorporou ao universo pedagógico a problemática da inclusão digital ou acesso democrático às mídias digitais. Como oferecer um acesso democrático aos recursos tecnológicos quando a maioria dos estudantes não possuem iguais condições econômicas e sociais que permitam sua inclusão no universo da tecnologia da informação e comunicação? Como um educador que pertence a uma época distante do advento da tecnologia, considerado “analfabeto digital”, pode gerir conhecimentos em um universo digital?

Tais colocações trazem à tona um outro problema na educação, que é o distanciamento entre o universo do jovem e o universo da escola, à vista disso Tardif e Lessard (2014) colocam que o desenvolvimento das TIC’s estão em vias de criar para os jovens e os adultos uma escola paralela, longe dos programas oficiais e das práticas educativas. Outrossim as TIC’s no meio escolar podem ser concebidas como aliadas pedagógicas, se os docentes se aparelharem da competência necessária para geri-las eficientemente, a fim de incluir seus estudantes em um ambiente de conhecimento real, “[...] aliás, elas podem ser aliadas quando tornam acessíveis a todos informações de qualidade, permitem a pesquisa, a criação e a interação” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 268).

Relativamente a isso Useda e Casteñeda (2015) afirmam que quando o professor proporciona a inclusão digital do educando, transforma os recursos tecnológicos em instrumentos de inclusão digital. Ainda que o acesso aos recursos tecnológicos por grande parte de jovens seja precário, há carência por parte destes de uma ação educadora, porque:

[...] alguns daqueles que têm os meios de um uso crítico e seletivo das novas tecnologias irão manter-se à parte, ao passo que outros se atirarão a elas de corpo e alma, sem ter a formação requerida para avaliar e compreender... Tal flutuação ameaça os alunos, até os menores, se a escola não lhes dá os meios de um uso crítico (PERRENOUD, 2000, p. 131-132).

Então a cultura digital que se instaurou na sociedade vigente, acrescentou à escola novas expectativas; os avanços da tecnologia, dispõem seus adeptos em um universo “multi” de informações, comportamentos, conhecimentos, pensamentos, leituras,

conceitos e linguagens, logo esta modificou e ampliou as possibilidades de interação entre as pessoas. Com vistas a isso Heinsfeld e Pischetola (2017) colocam que ao conceituar cultura digital, considera-se a alteração das relações culturais quanto ao entrosamento entre sujeitos e mídias de informação e comunicação, surgida da ruptura na forma como a informação era até então. Não há mais que se desprezar a presença necessária das mídias digitais no trabalho de professores e vice-versa, pois ambos são necessários ao processo de construção do conhecimento no século XXI.

Diante dessa perspectiva, um olhar cuidadoso para a prática docente mediante às mídias digitais torna-se imprescindível, pois as TIC's frente ao cenário pedagógico atual ganharam status de fio condutor à aprendizagem no mundo digital, diante do qual uma nova postura por parte dos professores faz-se extremamente necessária, a qual reflita e reconheça os meios tecnológicos como aliados da nova realidade educacional. Nessa situação Lima e Silva (2018) concordam que por meio da tecnologia é possível fazer com que todos sejam conhecedores de infinitos mundos, sendo possível a construção de diferentes leituras.

Não obstante esta mudança no fazer pedagógico gera muita insatisfação por parte de muitos docentes que ainda resistem à ela, seja por medo de perder o ofício ou pela insegurança gerada por não dominar as mídias digitais, afinal de contas Useda e Castañeda (2015) lembram que uma mudança da cultura tradicional não é fácil, as inovações são lentas e mesmo as mais abertas, podem reproduzir no virtual o mesmo modelo centralizador no conteúdo e no professor. Vale lembrar, que a falta de treinamento, e conhecimento em tecnologia digital é um desafio que as instituições e profissionais de ensino enfrentam atualmente, expõem (BITTENCOURT; ALBINO, 2017).

Essa problemática aponta que é preciso, também uma ressignificação das tecnologias digitais, uma tomada de decisão intencional no que se refere ao uso das mesmas, ou seja, o docente precisa ter consciência do que ela representa para a vida de seu estudante, até porque o uso das TIC's deve estar a serviço da aprendizagem dos educandos e para tanto é preciso um planejamento criterioso, implementação do Projeto Pedagógico entre outros, refletem (BATISTA; GONZALEZ, 2016). Para tanto é indispensável que haja melhorias na orientação e capacitação docente, para que as TIC's possam se legitimar no processo de ensino-aprendizagem, logo:

[...] é necessário aos ambientes educacionais instaurar espaços de negociação entre educadores e educandos, possibilitando uma troca de posições e visões de mundo que permitam uma aproximação entre estas duas culturas num mundo de aprendizagem e cultura digital (SILVA; LIMA, 2019, p. 26).

Diante do qual evidencia-se que ter a posse de meios tecnológicos, tanto por parte do professor quanto da escola não configura inclusão na cultura digital, pois seu uso efetivo no âmbito escolar perpassa por um caminho reflexivo e arguto. Contudo,

El uso de las tecnologías en la escuela debe facilitar el desarrollo de medios alternativos, de producción de conocimientos y de pensamiento; es decir que, al hacer uso de las herramientas tecnológicas y digitales, el docente debe preguntarse el impacto de estas en las prácticas pedagógicas, la significación de esta frente al proceso de producción, el papel del saber, la comunicación y la interacción con otros a través de redes (USEDA; CASTAÑEDA, 2015, p. 117).

Nessa conjuntura a ação do educador na gestão das TIC's representa um viés de conversão, ou seja, sua orientação ressignifica as informações midiaticizadas. Sobre sua linguagem, seja verbal ou não, diversas ideias são direcionadas e ganham um novo sentido. Nesse caso as mídias seriam concebidas como linguagens, capazes de codificar, recodificar e interpretar todos os fenômenos do social (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2017). Assim, para que a ação docente nesse cenário digital ganhe um escopo preponderante é preciso que estes conheçam todas as possibilidades que esse universo pode oferecer.

Nessa perspectiva a figura docente, mesmo com a advento das mídias digitais, mantém-se necessária e ativa, uma vez que:

[...] a educação enquanto direito é uma empreitada tão séria que não poderá ficar apenas por conta dos seus profissionais, mas também não aconteceria sem eles, sem sua parceria, seu trabalho qualificado. Seu planejamento e ação competentes são insubstituíveis. Seu ofício não é descartável (ARROYO, 2013, p. 21).

Ressalta-se que o papel docente no processo de ensino-aprendizagem, continua como mediador, gestor, orientador. Ainda que os meios digitais apresentem muitas possibilidades, estas só ganham forma pela atuação do educador, pela sua presença comunicativa, visto que não existe educação sem ação interativa entre sujeitos, ainda que o ambiente dessas ações seja um ciberespaço, pois o ser humano é um ser de linguagens que se constrói através delas.

Com vistas a isso Tardif e Lessard (2014) afirmam que a tecnologia do ensino foi e continua sendo uma tecnologia interativa. Portanto a incorporação das TIC's na prática pedagógica não exclui a competência comunicativa do professor, tão pouco a substitui, assim sendo, “[...] a comunicação verbal e não-verbal constituem-se ferramentas tecnológicas ao alcance do professor, a serviço da aprendizagem” (LOPES, 2018, p. 14).

Destarte nenhum educador deverá abrir mão de atuar na era digital com seu melhor artifício tecnológico, que é sua linguagem, através da qual estudantes se apossam de um conhecimento vultoso fruto de uma relação interativa. Visto que a ideia de introduzir o universo digital no fazer pedagógico e introduzir-se nele, significa qualificar as práticas atuais, a fim de proporcionar aos discentes um ensino mais dinâmico.

5 MÉTODO

Neste trabalho, o método escolhido para a recolha dos dados foi a pesquisa bibliográfica - recorrendo a estudos já realizados por diversos autores referentes à temática apresentada - e a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Para o levantamento do material bibliográfico, utilizou-se as seguintes bases de dados eletrônicos: Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico, SciELO, entre outros e em livros impressos. Utilizou-se as seguintes palavras-chaves para o levantamento do material: INCLUSÃO DIGITAL ESCOLAR, POLÍTICAS PÚBLICAS, FORMAÇÃO, LITERACIA DIGITAL, PRÁTICA DOCENTE. Priorizou-se a seleção de materiais publicados nos últimos cinco anos, mas outros materiais, embora não tenham sido publicados dentro desse recorte temporal, trouxeram informações relevantes para o embasamento deste estudo, e por isso também foram selecionados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa trouxe-nos o discernimento de que os desafios educacionais produzidos pela tecnologia digital, em meio à pandemia da Covid-19, agregam ao processo de ensino-aprendizagem expectativas e incertezas, as quais inquietam toda comunidade escolar. Ressalta-se também que essas dificuldades pedagógicas devem ser superadas, a partir da premissa de que esses problemas pertencem à toda sociedade e não apenas a um segmento dela.

Logo, incluir jovens estudantes em uma cultura digital não-desigual depende da integração de atitudes voltadas para esse fim, por parte das instâncias governamentais, sociedade como um todo, e professores. São necessárias políticas públicas que

encaminhem ações de superação das desigualdades entre os jovens, no intuito de oferecer-lhes um acesso democrático, é preciso também investimentos na formação dos professores para que possam gerir os recursos da tecnologia com autonomia.

Por conseguinte, uma formação deficiente sem que se desenvolva habilidades que possam acompanhar o desenvolvimento tecnológico, é uma problemática que dificulta, e muito o trabalho dos professores da atualidade, e por isso precisa ser superada. No entanto é inegável que recai sobre a figura docente a competência de articular ações preponderantes sobre os conhecimentos midiáticos adquiridos pelos estudantes.

Assim, torná-los significativos, ou instrumentos de inclusão configura-se como uma tarefa desafiadora, pois é preciso superar, antes de mais nada, o medo, e a insegurança que envolve a comunidade escolar quando o assunto é introdução das mídias digitais em contexto pedagógico. Por conseguinte, muitos docentes em lugar de lançar mão de sua linguagem para ressignificar os recursos tecnológicos, dão espaço ao preconceito, e à resistência de tê-los como aliados.

Portanto, nessa quebra de braço, os estudantes podem seguir de forma autônoma, em uma escola paralela, se não houver uma tomada de decisão crítica, reflexiva, por parte da classe de professores; se estes não tomarem ciência de que sua presença na gestão das TIC's, é extremamente importante.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

BATISTA, Fátima da Silva; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICS) e as escolas de referência em gestão. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 11, n. 4, p. 2159-2173, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n4.8316>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BITTENCOURT, Priscilla Aparecida Santana; ALBINO, João Pedro. O uso das tecnologias digitais na educação do século XXI. *Revista Ibero-Americana de estudos em educação*, p. 205-214, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9433>. Acesso em: 21 set 2019.

BONILLA, Maria Helena Silveira. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. *Motrivivência*, n. 34, p. 40-60, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135/15840>. Acesso em: 10 set. 2019.

BORGES, Maria Célia. *Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos*. São Paulo: Paulus, 2013.

MORA, Gabriela Goulart; SILVA, Natália Oliveira Teles de. As novas gerações e a literacia midiática: possibilidades de educar para a cidadania. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 5, n. 6, p. 7055, jun. 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD>. Acesso em: 18 março, 2019.

BUCKERIDGE, Marcos Silveira; PHILIPPI JUNIOR, ARLINDO. Ciência e políticas públicas nas cidades: revelações da pandemia da Covid-19. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 141-156, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142020000200141&script=sci_arttext Acesso em: 20 ago. 2020.

CASTELLS, Manuel *et al.* A sociedade em rede: do conhecimento à política. A sociedade em rede: do conhecimento à ação política, p. 17-30, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/Eneida/Downloads/A_Sociedade_em_Rede.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Carla Monara de Paiva; LIMA, Samuel de Carvalho. Ensino de Português e Facebook: possibilidades para curso técnico de nível médio integrado. *Acta Tecnológica*, v. 13, n. 2, p. 115-128, 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ifma.edu.br/index.php/actatecnologica/article/view/780>. Acesso em: 2 set. 2019.

HEINSFELD, Bruna Damiana; PISCHETOLA, Magda. O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação. *Educ. Pesq.*, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e205167.pdf>. Acesso em: 15 jun.2020.

HEINSFELD, Bruna Damiana; PISCHETOLA, Magda. Cultura digital e educação, uma leitura dos estudos culturais sobre os desafios da contemporaneidade. *Revista Ibero-*

Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. 2, p. 1349-1371, 2017. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6202980>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

HENGEMÜHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 2018.

LENHARDT, Augusto; FONTANA, Eliane. Políticas Públicas de acesso à internet: a (possível) cobrança de dados e a consequente mitigação do acesso à internet no país. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2016. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14723>. Acesso em 10 fev. 2020.

LIMA, Christiane Ferreira Lemos; SILVA, Luziane Melo da. O uso das tecnologias da informação e comunicação pelos discentes e docentes do proeja do IFMA – Campus Maracanã. Acta Tecnológica, v. 12, n. 1, p. 85-96, 2018. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ifma.edu.br/index.php/actatecnologica/article/view/611>. Acesso em: 2 set. 2019.

LOPES, Jódna. A comunicação verbal e não-verbal de docentes do ensino médio e o processo de ensino-aprendizagem: um estudo de caso. 2018. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/6762>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MAIA, Dennys Leite; BARRETO, Marcilia Chagas. Tecnologias digitais na educação: uma análise das políticas públicas brasileiras. EFT: Educação, Formação & Tecnologias, v. 5, n. 1, p. 47-61, 2012. Disponível em: <https://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/213/156>. Acesso em: 20 out. 2019.

NIENOW, Angélica Luísa; BASSANI, Patrícia Brandalise Scherer; BARBOSA, Débora Nice Ferrari. Políticas públicas para a inclusão digital nas escolas públicas Brasileiras. Revista Práxis, v. 1, p. 63-72, 2013. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/745/875>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PERRENOUD, P. 10 novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

SILVA, H. K. C. S. A aprendizagem significativa nos programas de treinamento corporativo: um estudo no banco do brasil e na caixa econômica federal. 2016. 159 f. (Programa de Pós-Graduação em Administração) - PROPAD, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, 2016.

TARDIF, M.; LESSARD, C. (org.). O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

USEDA, Paola Lucumi; CASTAÑEDA, Martha Alexandra González. El ambiente digital en la comunicación, la actitud y las estrategias pedagógicas utilizadas por docentes. Tecné Episteme y Didaxis: TED, n. 37, 2015. Disponível em:



<https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/TED/article/view/3255>. Acesso em: 4 jun. 2020.